



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área/Especialidade Enfermeiro do Trabalho

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'H', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida consulta de qualquer natureza ou espécie.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Liberdade minha, liberdade tua

Uma professora do meu tempo de ensino médio, a propósito de qualquer ato de indisciplina ocorrido em suas aulas, invocava a sabedoria da frase "A liberdade de um termina onde começa a do outro". Servia-se dessa velha máxima para nos lembrar limites de comportamento. Com o passar do tempo, esqueci-me de muita coisa da História que ela nos ensinava, mas jamais dessa frase, que naquela época me soava, ao mesmo tempo, justa e antipática. Adolescentes não costumam prezar limites, e a ideia de que a nossa (isto é, a minha...) liberdade termina em algum lugar me parecia inaceitável. Mas eu também me dava conta de que poderia invocar a mesma frase para defender aguerridamente o meu espaço, quando ameaçado pelo outro, e isso a tornava bastante justa... Por vezes invocamos a universalidade de um princípio por razões inteiramente egoístas.

Confesso que continuo achando a frase algo perturbadora, provavelmente pelo pressuposto que ela encerra: o de que os espaços da liberdade individual estejam distribuídos e demarcados de forma inteiramente justa. Para dizer sem meias palavras: desconfio do postulado de que todos sejamos igualmente livres, ou de que todos dispomos dos mesmos meios para defender nossa liberdade. Ele parece traduzir muito mais a aspiração de um ideal do que as efetivas práticas sociais. O egoísmo do adolescente é um mal dessa idade ou, no fundo, subsiste como um atributo de todas?

Acredito que uma das lutas mais ingentes da civilização humana é a que se desenvolve, permanentemente, contra os impulsos do egoísmo humano. A lei da sobrevivência na selva – lei do instinto mais primitivo – tem voz forte e procura resistir aos dispositivos sociais que buscam controlá-la. Naquelas aulas de História, nossa professora, para controlar a energia desbordante dos jovens alunos, demarcava seu espaço de educadora e combatia a expansão do nosso território anárquico. Estava ministrando-nos na prática, ao lembrar os limites da liberdade, uma aula sobre o mais crucial desafio da civilização.

(Valdeci Aguirra, inédito)

1. A frase invocada nas aulas de História constitui o centro das presentes reflexões do autor do texto, que a explora, fundamentalmente, como expressão
- (A) das atribuições que todo professor bem intencionado precisa enfrentar, diante de jovens rebeldes e problemáticos.
 - (B) dos impasses que a civilização provoca, ao pretender conciliar a fragilidade dos instintos e o sentimento da liberdade.
 - (C) da histórica batalha que se trava entre os nossos impulsos mais primitivos e a necessária estruturação da ordem social.
 - (D) da dificuldade que aflige os adolescentes, quando tentam justificar seu egoísmo alegando os mais nobres princípios.
 - (E) da ambiguidade medular dos processos históricos, representada na indecisão entre a escolha da liberdade ou da justiça.

2. Considerando-se o sentido geral e conclusivo do texto, o título **Liberdade minha, liberdade tua** tem significação equivalente à da seguinte formulação:
- (A) Minha liberdade nada tem a ver com a tua.
 - (B) A tua e a minha liberdade são essencialmente a mesma.
 - (C) Tua liberdade acaba por eliminar a minha.
 - (D) A minha e a tua liberdade devem conciliar-se.
 - (E) Nossas liberdades exercem-se paralelamente.
3. Atente para as afirmações abaixo.
- I. No primeiro parágrafo, a última frase expressa uma verdade geral que se depreendeu da análise de uma situação particular.
 - II. No segundo parágrafo, a perturbação confessada pelo autor do texto advém do reconhecimento de que todos os adolescentes são egoístas.
 - III. No terceiro parágrafo, a lei do mais forte é invocada para explicar por que idealizamos os nossos mais primitivos instintos.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
4. Os dois casos de emprego de reticências, no primeiro parágrafo, têm em comum o fato de servirem a um enunciado
- (A) independente e sem consecução lógica.
 - (B) cuja intenção é expressar uma ironia.
 - (C) que ratifica a afirmação imediatamente anterior.
 - (D) sem conexão lógica com a afirmação anterior.
 - (E) que conclui a lógica da argumentação em curso.
5. Considerando-se o contexto, a alternativa em que NÃO se traduz com equivalência de sentido uma expressão do texto é:
- (A) *Servia-se dessa velha máxima* (1º parágrafo) = recorria a esse antigo adágio.
 - (B) *para defender aguerridamente* (1º parágrafo) = a fim de resguardar com denodo.
 - (C) *desconfio do postulado* (2º parágrafo) = suspeito da premissa.
 - (D) *subsiste como um atributo* (2º parágrafo) = remanesce como uma característica.
 - (E) *resistir aos dispositivos sociais* (3º parágrafo) = sublevar as imposturas da sociedade.
6. Está clara e correta esta nova redação de uma frase do texto:
- (A) Ela atribuía o sentido da velha frase ao propósito de refrear nossos atos de fragilante indisciplina.
 - (B) Ao ouvir aquela frase, que nunca mais me esqueci, soava-me a um só tempo tão justa quanto antipática.
 - (C) O que essa frase me causa espécie está na pressuposição de haver nela uma justa distribuição dos espaços de liberdade.
 - (D) Afirmando, sem tergiversar: custa-me crer que dispomos todos dos mesmos meios para preservar nossa liberdade.
 - (E) Com vistas ao controle de nossos ímpetos, ela se propunha debelar-se contra o nosso insipiente anarquismo.



7. No contexto, estabelecem entre si uma oposição de sentido os seguintes segmentos:

- (A) *prezar limites e demarcava seu espaço.*
- (B) *aspiração de um ideal e efetivas práticas sociais.*
- (C) *energia desbordante e expansão do nosso território anárquico.*
- (D) *não costumam prezar limites e território anárquico.*
- (E) *limites da liberdade e crucial desafio da civilização.*

8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) (**costumar**) seguir os nossos atos de indisciplina a invocação das sábias palavras daquela velha frase.
- (B) Entre os adolescentes não (**ser**) de hábito respeitar os limites da liberdade individual.
- (C) A ninguém da classe (**deixar**) de tocar, naquela época, seus alertas contra o nosso anarquismo.
- (D) Nas aulas em que (**cabem**) invocá-las, a professora repetia as palavras daquele velho ditado.
- (E) Um desafio que aos homens sempre se (**importar**), em razão dos seus impulsos egoístas, está em respeitar o espaço alheio.

9. É preciso **corrigir**, por incoerente, a redação da seguinte frase:

- (A) A menos que se considere a realidade prática, nos ideais buscamos projetar os valores que a aperfeiçoariam.
- (B) Aquela frase sempre me pareceu perturbadora, conquanto tenham variado as razões para assim considerá-la.
- (C) Ainda que se considerem naturais certos impulsos egoístas, há que combatê-los e tentar superá-los.
- (D) Malgrado a tendência anárquica dos jovens, muitos se mostram receptivos à máxima que postula limites para a liberdade.
- (E) A par das lições de História, a professora nos ministrava as de conduta, que acabaram por se revelar as mais duradouras.

10. Atente para as frases abaixo.

- I. Todos queremos defender nossa liberdade, tornar-lhe imune a qualquer restrição, proclamar-lhe aos quatro ventos.
- II. Sim, o egoísmo é uma inclinação natural, mas acatar-lhe é curvar-se a um instinto primitivo; cumpre, a todo custo, restringi-lo a violência.
- III. As palavras daquela frase ressoaram fortemente em nossa consciência arrogante, abalaram-na, retiraram-lhe o falso triunfalismo.

Está plenamente adequado o emprego de pronomes em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

Atenção: As questões de números 11 a 16 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Legalidade e legitimidade

A **legalidade** funda-se em um forte conceito ético, que é a **legitimidade**. O poder que impõe a legalidade deve ser um poder legítimo. Modernamente, não se aceita mais a legalidade como conceito meramente formal. Para que a limitação à esfera individual seja válida, deve ser o poder que a impõe legítimo.

Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito. Com isso, a legitimidade do poder torna-se questionável. As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas, legítimas, e, portanto, o direito fundamental estaria sendo desrespeitado. O legalismo cego e formal pode tornar-se arma para referendar abuso de poder e restrição ilegítima às liberdades individuais. Percebe-se, então, que, a despeito de ser atualmente o direito fundamental de liberdade assegurado em documentos legais ao redor do mundo, existe uma conotação ética que lhe serve de razão última e principal.

A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida: formalmente, quanto às regras preestabelecidas de formação, limites e conteúdo da lei; materialmente, quanto à legitimidade tanto das regras preestabelecidas quanto do poder que impõe as leis e que se encarrega de garantir seu cumprimento.

O conteúdo das leis é também fonte de considerações éticas. Pode uma lei ser formalmente válida e emanada de poder legítimo, e mesmo assim ser moralmente considerada inválida, enquanto limitadora do conteúdo das liberdades. Daí concluir-se que a legitimidade do poder não é suficiente para que a legalidade seja legítima; é necessário também que o conteúdo das leis seja expressão da soberania popular.

(Adaptado de Marco Aurélio Alves Adão, Procurador da República. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=19>)

11. Depreende-se da leitura do texto que a legalidade e a legitimidade

- (A) derivam de um mesma fonte ética, razão pela qual é difícil distingui-las.
- (B) estabelecem entre si, na ordem dada, uma relação de causa e efeito.
- (C) devem articular-se de modo que a segunda embase a primeira.
- (D) estabelecem entre si uma relação hipotética e meramente formal.
- (E) devem articular-se para estabelecer um forte conceito ético.



12. Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito.

Na frase acima (2º parágrafo), afirma-se que

- (A) a identificação de um estado autoritário se estabelece quando a hipertrofia da esfera da política implica a hipertrofia do campo do direito.
- (B) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, resulta atrofiada em relação à do poder do estado.
- (C) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, é parte da atrofia da esfera do poder estatal.
- (D) o poder abusivo do estado é a razão pela qual o direito é excluído dos regimes políticos autoritários.
- (E) o autoritarismo próprio dos estados hipertrofia o poder político em face da esfera do direito.

13. Atente para as afirmações abaixo.

- I. O legalismo, tomado em sentido estrito e puramente formal, pode vir a ser um dispositivo nocivo, inteiramente alheio aos princípios éticos.
- II. É inadmissível que ocorram na esfera do direito, qualquer que seja a circunstância, restrições às liberdades individuais.
- III. A legitimidade do poder é uma condição necessária e bastante para tornar o conteúdo das leis uma expressão da vontade popular.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

14. Está correta a seguinte observação sobre uma passagem do texto:

- (A) Em *Para que a limitação à esfera individual seja válida* (1º parágrafo), expressa-se a causa de uma consequência desejável.
- (B) Em *deve ser o poder que a impõe legítimo* (1º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído por **legitimamente**.
- (C) Em *As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas* (2º parágrafo), a expressão sublinhada indica uma premissa.
- (D) Em *A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida* (3º parágrafo), o termo sublinhado qualifica *liberdade*.
- (E) Em *e mesmo assim ser moralmente considerada inválida* (4º parágrafo), o elemento sublinhado pode ser substituído por **e não obstante isso**.

15. O desenvolvimento do terceiro parágrafo se dá de modo a enfatizar

- (A) o aspecto formalmente válido da restrição à liberdade.
- (B) o aspecto materialmente válido da restrição à liberdade.
- (C) a independência entre o aspecto formal e o material.
- (D) a equivalência de importância entre o aspecto formal e o material.
- (E) a subordinação do aspecto material ao aspecto formal.

16. Está plenamente adequada a pontuação da frase:

- (A) Torna-se questionável, a legitimidade do poder, quando ocorre uma hipertrofia: da esfera política em relação à do direito.
- (B) Não são éticas as limitações impostas à liberdade, quando, desrespeitado o direito fundamental, pela ação abusiva e autoritária do estado.
- (C) Pode o legalismo abstruso e formal tornar-se, eventualmente, uma arma, servindo de referendo para o abuso de poder ou para indevidas restrições.
- (D) Uma lei poderá ser, formalmente, mas não moralmente válida, no caso de vir a limitar em essência, o conteúdo da liberdade.
- (E) No caso de o conteúdo das leis, não expressar a soberania popular estará prejudicada a legitimidade do poder.

Atenção: As questões de números 17 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Acerca de Montaigne

Montaigne, o influente filósofo francês do século XVI, foi um conservador, mas nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático. Por temperamento, foi bem o contrário de um revolucionário; certamente faltaram-lhe a fé e a energia de um homem de ação, o idealismo ardente e a vontade. Seu conservadorismo aproxima-se, sob certos aspectos, do que no século XIX viria a ser chamado de liberalismo.

Na concepção política de Montaigne, o indivíduo deve ser deixado livre dentro do quadro das leis, e a autoridade do Estado deve ser a mais leve possível. Para o filósofo, o melhor governo será o que menos se fizer sentir; assegurará a ordem pública sem invadir a vida privada e sem pretender orientar os espíritos. Montaigne não escolheu as instituições sob as quais viveu, mas resolveu respeitá-las, a elas obedecendo fielmente, como achava correto num bom cidadão e súdito leal. Que não lhe pedissem mais do que o exigido pelo equilíbrio da razão e pela clareza da consciência.

(Adaptado da introdução aos **Ensaios**, de Montaigne. Trad. de Sergio Milliet. S. Paulo: Abril, **Os Pensadores**, 1972.)

17. Há no primeiro parágrafo afirmações que induzem o leitor a identificar:

- I. um conservador típico como alguém rígido, limitado e dogmático.
- II. um revolucionário como alguém ativo, idealista, dotado de fé, energia e vontade.
- III. um conservador do século XVI com um liberal do século XIX.

Completa corretamente o enunciado desta questão o que está em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.



<p>18. Na concepção política de Montaigne,</p> <p>(A) o governo, em sua disposição liberal, deve atuar como uma espécie de mentor ideológico da esfera individual.</p> <p>(B) o Estado, como instituição pública, deve adequar-se ao papel que lhe atribui a vontade soberana da população.</p> <p>(C) as leis que emanam do Estado devem ser respeitadas pelos cidadãos, em cuja vida privada ele evitará interferir.</p> <p>(D) os bons e leais cidadãos devem obediência às instituições, ainda que com sacrifício dos ditames da consciência e da racionalidade.</p> <p>(E) a ausência do Estado se justifica quando os ideais da vida privada são por si mesmos capazes de orientar a instância pública.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 21 a 25 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.</p> <p>21. A respeito das eleições, é correto afirmar:</p> <p>(A) o Presidente, o Vice-Presidente, os Corregedores de Justiça e os membros do Conselho da Magistratura serão eleitos para mandato de dois anos, permitida a reeleição para mais um período.</p> <p>(B) na elaboração da lista de advogados para integrar o Tribunal Regional Eleitoral, cada Desembargador votará em seis nomes, considerando-se eleitos os que tiverem obtido a maioria absoluta de votos dos presentes.</p> <p>(C) o Desembargador eleito para o cargo de direção no Tribunal de Justiça ou para o Tribunal Regional Eleitoral, como membro efetivo, não perderá, ao ser empossado, a titularidade de outra função eletiva.</p> <p>(D) os Desembargadores que estiverem no efetivo exercício de cargo de direção no Tribunal de Justiça podem ser eleitos, em sessão do Tribunal Pleno, para integrar o Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(E) considerar-se-á eleito Presidente, Vice-Presidente, Corregedor de Justiça e o membro do Conselho da Magistratura, o Desembargador que, no respectivo escrutínio, obtiver a maioria simples dos votos dos presentes.</p>
<p>19. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Como sugere o autor do texto, encontra-se em Montaigne raízes de um pensamento liberal, vindo a se constituir propriamente no século XIX.</p> <p>(B) Ainda quando não admitisse interferência do Estado na vida privada, de modo algo paradoxal, Montaigne obedecia lealmente a essas leis.</p> <p>(C) Se Montaigne não foi responsável pelas instituições vijentes, por outro lado também as acatava, como súdito bom e fiel que prezava ser.</p> <p>(D) O aspecto liberal do pensamento de Montaigne revela-se, sobretudo, quando defende a esfera individual e os valores da vida privada.</p> <p>(E) Montaigne pronuncia-se contra as restrições, quando as mesmas ocorrem na vida privada, com exigências contrárias à razão de sua consciência.</p>	<p>22. Do funcionamento do Tribunal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O Tribunal Pleno, tanto nas reuniões ordinárias como extraordinárias, será presidido pelo Presidente do Tribunal.</p> <p>(B) O Tribunal Pleno funcionará com dois terços de seus membros, ou com a maioria absoluta, conforme o caso, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados.</p> <p>(C) O Tribunal Pleno realizará quatro sessões ordinárias por mês, apreciando tanto as questões administrativas quanto os julgamentos.</p> <p>(D) Em caso de férias de membros das Câmaras, comporá automaticamente o quorum, observada sempre que possível a ordem decrescente de antiguidade, nas Câmaras Cíveis Reunidas, os membros das Câmaras Criminais Reunidas.</p> <p>(E) O Conselho da Magistratura será presidido pelo Vice-Presidente do Tribunal.</p>
<p>20. Quando o autor afirma que Montaigne <i>foi bem o contrário de um revolucionário</i>, está buscando destacar</p> <p>(A) o individualismo que norteou sua conduta e seu pensamento político.</p> <p>(B) o conservadorismo e o anacronismo do pensamento do filósofo.</p> <p>(C) a influência que o filósofo exerceu sobre as instituições da época.</p> <p>(D) a franca insurgência do pensador contra as tendências libertárias da época.</p> <p>(E) a contribuição do pensador como um entusiasta da soberania do Estado.</p>	<p>23. Ao Conselho da Magistratura, dentre outras atribuições, compete</p> <p>(A) opinar, no que couber, sobre pedidos de renovação, permutas, férias e licenças dos Juízes de Direito.</p> <p>(B) apreciar os relatórios dos Juízes de Direito.</p> <p>(C) determinar correições extraordinárias, gerais ou parciais.</p> <p>(D) processar e julgar as suspeições opostas a Juízes Cíveis e Criminais, quando não reconhecidas.</p> <p>(E) suspender a execução de liminar concedida pelos Juízes de primeiro grau em ação civil pública.</p>



<p>24. Haverá revisão, dentre outros processos,</p> <p>(A) nas apelações em processos de rito sumário. (B) nas apelações em processos de despejo. (C) nos recursos em sentido estrito. (D) nas revisões criminais. (E) nos agravos de instrumento.</p>	<p>29. Considere as assertivas abaixo a respeito da ajuda de custo.</p> <p>I. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que afastar-se do cargo ou reassumi-lo em virtude do exercício ou término de mandato eletivo.</p>
<p>25. Os advogados dos recorrentes poderão proferir sustentação oral, dentre outros processos, nos</p> <p>(A) reexames necessários. (B) embargos infringentes. (C) agravos regimentais. (D) agravos de instrumento. (E) conflitos de competência.</p>	<p>II. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que for colocado à disposição de outro Poder, ou esfera de Governo.</p> <p>III. À família do servidor que falecer na nova sede, serão assegurados ajuda de custo para a localidade de origem, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito.</p>
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 26 a 30 referem-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis – Lei nº 5.810/94.</p> <p>26. Deoclécio, servidor público do Tribunal de Justiça do Pará aposentado por invalidez, retornou à atividade porque uma junta médica oficial declarou insubsistente os motivos da sua aposentadoria. Neste caso, ocorreu a</p> <p>(A) reversão. (B) reintegração (C) redistribuição. (D) aproveitamento (E) readaptação.</p>	<p>IV. Caberá ajuda de custo ao servidor designado para serviço ou estudo no exterior, a qual será arbitrada pela autoridade que efetuar a designação.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) I, II e IV. (C) I e IV. (D) II e IV. (E) II e III.</p>
<p>27. NÃO se considera como de efetivo exercício, para todos os fins, o afastamento decorrente de</p> <p>(A) licença por motivo de doença em pessoa da família. (B) casamento, até no máximo oito dias. (C) férias. (D) desempenho de mandato classista. (E) faltas abonadas, até no máximo de cinco ao mês.</p>	
<p>28. A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável, licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até</p> <p>(A) dois anos consecutivos, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (B) um ano consecutivo, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (C) dois anos consecutivos, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (D) um ano consecutivo, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (E) seis meses consecutivos, com remuneração, sendo vedada a concessão de nova licença antes de decorrido três meses do término da anterior.</p>	<p>30. Jânia, funcionária pública efetiva do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, logrou proveito de outrem, valendo-se do cargo, em detrimento da dignidade da função pública. Ela foi demitida. Neste caso, a demissão de Jânia</p> <p>(A) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de nove anos. (B) não incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual. (C) incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de cinco anos. (D) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de três anos. (E) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de dez anos.</p>



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O enfermeiro de uma instituição pública irá solicitar ao COREN do Pará o requerimento da Anotação de Responsabilidade Técnica. Na situação descrita e considerando a Resolução COFEN 302/2005, o enfermeiro

- (A) poderá requerer dispensa do recolhimento da taxa, referente à emissão da Certidão de Responsabilidade Técnica.
- (B) solicitará a Certidão de Responsabilidade Técnica por período máximo de 24 meses.
- (C) solicitará a Certidão de Responsabilidade Técnica por 12 meses e com ciência que solicitará a sua substituição se afastar do cargo por um período superior a 20 dias.
- (D) poderá requerer desconto de 50% do recolhimento da taxa, referente à emissão da Certidão de Responsabilidade Técnica.
- (E) solicitará a Certidão de Responsabilidade Técnica por 12 meses renovável por 5 anos, ou por 36 meses, sem direito a renovação.

32. O enfermeiro da equipe do Programa da Terceira Idade de uma empresa, publica um trabalho de pesquisa com elementos que identificam alguns idosos, sem as suas autorizações. Sob o ponto de vista ético, esta conduta é considerada

- (A) correta, por ser um trabalho técnico-científico.
- (B) justificável, se os idosos foram orientados antes da elaboração do trabalho.
- (C) proibida.
- (D) conspícua.
- (E) correta, se a empresa concordou com a publicação do trabalho.

Atenção: Para responder às questões de números 33 e 34 considere a Resolução nº 272/2002, que dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE).

33. Na SAE estão estabelecidos alguns aspectos essenciais:

- I. Identificação dos problemas de enfermagem.
- II. Identificação das necessidades básicas afetadas.
- III. Identificação do grau de dependência.
- IV. Julgamento clínico sobre as respostas do indivíduo, da família e comunidade, aos problemas, processos de vida vigentes ou potenciais.

Para o diagnóstico de enfermagem, devem ser considerados os aspectos descritos em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e III, apenas.

34. Nos casos de Assistência Domiciliar – HOME CARE – o prontuário contendo registro da Sistematização da Assistência de Enfermagem deverá permanecer

- (A) na entidade prestadora do serviço.
- (B) com o médico responsável, junto com os demais impressos.
- (C) com o enfermeiro responsável técnico.
- (D) com o enfermeiro responsável pela assistência ao paciente/cliente/usuário.
- (E) junto ao paciente/cliente/usuário assistido.

35. De acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em caso de suspeita de botulismo, a equipe de saúde deve

- (A) aguardar a confirmação diagnóstica para fazer a notificação compulsória da doença.
- (B) notificar a doença à Vigilância Epidemiológica local para investigação imediata.
- (C) realizar a quimioprofilaxia dos comunicantes ativos, em um raio de 500 metros do local do foco.
- (D) encaminhar material para pesquisa de anatoxina botulínica, por meio de bioensaio.
- (E) fazer o bloqueio na região de origem do caso, com imunoglobulina.

36. As informações de morbidade provêm de várias fontes:

- I. Notificação compulsória de doenças.
- II. Estatísticas hospitalares e de serviços de atendimento ambulatorial.
- III. Seguro social e de saúde.
- IV. Registros de óbitos.

Algumas das fontes estão corretamente citadas em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

37. Um profissional de enfermagem recusou-se a manusear quimioterápicos antineoplásicos devido a falta de equipamento de proteção individual. De acordo com as legislações atuais, esta conduta é considerada

- (A) correta pela NR 32 e pelo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
- (B) correta pela NR 07 e pelo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, mas parcialmente correta pela NR 32.
- (C) parcialmente correta pela NR 07, incorreta pela NR 32 e correta pelo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
- (D) um ato falho, de julgamento circunstancial pelo Conselho Regional de Enfermagem e pelo Ministério do Trabalho.
- (E) um ato falho, pelo Conselho Regional de Enfermagem e de julgamento circunstancial pelo Ministério do Trabalho.



38. Um cliente adulto que iniciará tratamento para sífilis expressa a sua preferência em receber 5 mL de penicilina benzatina no deltóide. Ao observar que essa região apresenta pouca massa muscular, o enfermeiro deve

- (A) administrar a medicação fracionada nos dois deltóides e nos dois glúteos.
- (B) intercalar aplicações frias com compressas quentes no deltóide, durante 15 minutos, antes e após a aplicação da medicação.
- (C) aplicar pomada trombolítica no deltóide 15 minutos antes e logo após a aplicação da medicação.
- (D) conversar com o cliente sobre a inadequação da escolha desse local de aplicação, orientando-o sobre outras regiões mais indicadas.
- (E) administrar 1 mL em cada deltóide e 3 mL em um dos glúteos.

39. Em uma instituição de saúde, completou-se 24 horas da prescrição efetivada de medicamentos não validados nos termos legais. Na vigência desse fato, a Resolução COFEN 281/2003 orienta o profissional de Enfermagem para

- (A) comunicar a situação ao plantonista e, após 36 horas sem renovação/reavaliação da prescrição, denunciar a situação ao responsável técnico da instituição.
- (B) encaminhar ao COREN, que jurisdiciona a área de atuação, um relatório com descrição da situação para adotar as medidas cabíveis.
- (C) fazer um Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia responsável pela segurança da área de atuação, que deverá na salvaguarda do interesse do profissional de Enfermagem, encaminhar um relato ao COREN.
- (D) repetir a medicação, quando houver autorização verbal ou escrita do enfermeiro responsável técnico.
- (E) repetir a medicação e relatar o ocorrido, por escrito, ao médico responsável técnico da Instituição.

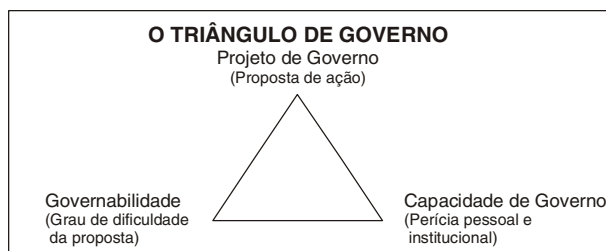
40. A pressão intraocular de um cliente foi de 15 mmHg no olho esquerdo e de 13 mmHg no olho direito. Esses dados sugerem

- (A) glaucoma no olho esquerdo e pressão intraocular normal no olho direito.
- (B) tracoma hipotensivo em ambos os olhos.
- (C) pressão intraocular normal em ambos os olhos.
- (D) pressão intraocular normal no olho esquerdo e dacriocistite no olho direito.
- (E) retinopatia hipertensiva no olho esquerdo e hipotensão intraocular no olho direito.

41. O aumento do número de casos de mulheres contaminadas pelo H.P.V. é preocupante por ser uma doença sexualmente transmissível relacionada diretamente com o surgimento de

- (A) epicondilite necrosante.
- (B) mioma.
- (C) ovário policístico.
- (D) câncer no colo do útero.
- (E) fibrossarcoma mamário.

42. A figura abaixo ilustra o Triângulo de Governo representado por seus três vértices.



Ela esquematiza o método de trabalho

- (A) sistematizado da eficiência potencial e real.
- (B) com visão da sociedade segundo o modelo socio-técnico.
- (C) do planejamento estratégico situacional.
- (D) do planejamento normativo.
- (E) da racionalidade econômica unidirecional.

43. Na gestão de qualidade, o enfermeiro dispõe da Comissão de Auditoria em Enfermagem como um instrumento que realiza a

- (A) correlação entre a prescrição de enfermagem com a prescrição médica.
- (B) comparação entre a assistência prestada e os padrões de assistência considerados aceitáveis.
- (C) correlação entre a prescrição de enfermagem com o plano terapêutico estabelecido no momento da abertura do prontuário.
- (D) conferência entre as anotações sobre o cuidado prestado com as atividades exercidas pela equipe de enfermagem.
- (E) verificação de todos os cuidados prestados pela equipe multiprofissional com a assistência de enfermagem.

44. Na avaliação da adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, cabe ao empregador realizar a análise ergonômica do trabalho, visando melhorar as condições de trabalho, conforme estabelecido na Norma Regulamentadora

- (A) 5.
- (B) 6.
- (C) 7.
- (D) 9.
- (E) 17.

45. A reação entre os elementos que compõem o tetraedro do fogo pode ser interrompida adequadamente por diversos métodos de extinção do fogo, tal como

- (A) abafamento pela retirada do comburente.
- (B) resfriamento do comburente.
- (C) aumento da reação em cadeia.
- (D) extinção com água em incêndio classe C.
- (E) extinção com água em incêndio classe D.



46. Estabelecer medidas de prevenção e de controle de incêndio é fundamental para evitar tragédias e outros sinistros. São medidas de prevenção efetivas:
- usar extensões e plug T na instalação de aparelhos elétricos, em um mesmo ponto.
 - manter a porta de emergência trancada e a chave em local de fácil acesso.
 - armazenar os materiais inflamáveis próximos da janela e expostos ao sol.
 - respeitar as proibições de fumar, no ambiente de trabalho e observar as normas de segurança.
 - usar o elevador, em caso de incêndio, e evacuar rapidamente o local.
47. Um trabalhador desenvolve atividades em ambiente de ruído intenso, com exposição à poeira em área de mineração; apresenta glaucoma e afecção musculoesquelética relacionada ao trabalho. Para avaliação adequada dessas alterações de saúde advindas do ambiente ocupacional e dos diagnósticos apresentados, é correto realizar, respectivamente, os exames de
- audiometria, ergometria, dinamometria e tonometria.
 - audiometria, espirometria, dinamometria e tonometria.
 - audiometria, espirometria, tonometria e dinamometria.
 - espirometria, ergometria, tonometria e dinamometria.
 - ergometria, espirometria, tonometria e dinamometria.
48. Os riscos de doenças ocupacionais representam os fatores ou condições existentes no ambiente de trabalho, capazes de causar danos à saúde do trabalhador. Para o mapeamento dos riscos, segundo as diferentes classificações, considere as etapas abaixo.
- Suposição dos prováveis agentes, imaginando situações que podem gerar acidentes.
 - Levantamento e identificação dos riscos.
 - Avaliação dos riscos, examinando cada risco identificado.
 - Elaboração da planta baixa (croqui) do mapa de risco.
 - Fixação do mapa de risco em local visível.
- O mapeamento concreto dos riscos é contemplado na sequência correta das etapas descritas em
- I, II, III, IV e V.
 - I, II, III, IV.
 - II, III, V.
 - I, II, III, V.
 - II, III, IV, V.
49. A Visita Domiciliar é um dos instrumentos indicados à prestação de assistência à saúde do trabalhador, contribuindo para
- o fortalecimento dos vínculos cliente, família e profissional.
 - a mudança de padrões para o atendimento focado apenas no indivíduo.
 - o aumento da qualidade de vida, pela promoção da saúde focada apenas na prevenção de doenças.
 - o atendimento holístico desconsiderando os aspectos psicoafetivos sociais e biológicos.
 - o desenvolvimento de atividades controladoras limitadas às condições de trabalho.
50. Na doença ocupacional, o estabelecimento do nexo entre o trabalho e o agravo é possibilitado ao se verificar o nexo técnico epidemiológico entre a atividade da empresa e o fator mórbido motivador da incapacidade. A incapacidade resultante nesse processo deve ser reconhecida, sob perícia, pelo
- ASO.
 - CAT.
 - INSS.
 - PCMSO.
 - PPRA.
51. Os acidentes de trabalho podem ser causados por atos inseguros, condições inseguras e fatores pessoais de insegurança. Para a avaliação e identificação da causa específica do acidente é utilizada a árvore de causas, por ser considerada
- um mapa de causas específicas com todos os riscos a que o trabalhador está exposto, em todos os locais de trabalho, no trajeto e em domicílio.
 - um instrumento que permite avaliar a falha humana de maneira mais fidedigna, ao estudar de forma aprofundada a causa do acidente.
 - uma modalidade de análise das condições de trabalho e empregabilidade do trabalhador.
 - uma coletânea geral de todos os eventos ocorridos no local de trabalho, colaborando no estabelecimento das medidas preventivas.
 - uma reprodução do fato ocorrido, favorecendo a análise do ambiente de trabalho, a classificação dos acidentes e a definição de medidas punitivas.
52. Para Massarollo e Fernandes, a probabilidade da assistência à saúde ser humanizada e personalizada parece ser maior em instituições que tem como foco:
- a centralização no conhecimento científico e a descentralização gerencial.
 - a eficiência técnica e o saber gerencial.
 - as dimensões psíquica, social, cultural e espiritual do paciente.
 - a ênfase na tecnologia de ponta e a proposta *Humaniza SUS*.
 - o saber tecnológico e a competência em gestão.
53. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes tem por objetivos prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, tornando o trabalho compatível com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. As ações conjuntas para atingir esses objetivos são promovidas por
- um presidente e vice-presidente designados pelo empregador e os representantes eleitos pelos empregados.
 - realizações trimestrais, em conjunto com o SESMT, de atividades educativas, como a Semana Interna de Prevenção de Acidentes.
 - meio de reuniões ordinárias realizadas fora do expediente normal da empresa, em local apropriado.
 - representantes do empregador e dos empregados, de acordo com o dimensionamento do número de trabalhadores da empresa.
 - implementação de medidas de prevenção e controle de qualidade, avaliando as prioridades de ações nos locais de trabalho e em domicílio.



54. A exposição do trabalhador aos agentes nocivos, na realização da atividade ocupacional, é efetivamente comprovada por meio do
- (A) perfil profissiográfico previdenciário.
 - (B) certificado de acidente de trabalho.
 - (C) laudo técnico de saúde.
 - (D) comprovante de ocupação.
 - (E) mapa de risco.
55. As patologias relacionadas ao trabalho para as quais onexo causal é claramente estabelecido com a profissão são denominadas doenças ocupacionais. Cabe ao enfermeiro do trabalho zelar pela saúde do trabalhador, uma vez que está condicionada a aspectos hereditários, sociais, econômicos, entre outros. Nesse contexto, a prevenção efetiva dessas doenças depende de fatores como
- (A) orientação e manutenção da saúde do trabalhador, extensiva aos familiares.
 - (B) prevenção e tratamento de doenças mais simples, de baixa complexidade, apenas.
 - (C) prevenção e tratamento de doenças graves, de alta complexidade, apenas.
 - (D) compreensão da saúde, não apenas individual, mas da coletividade trabalhadora.
 - (E) disponibilidade de seguro saúde para o tratamento dessas doenças.
56. Os limites de tolerância ou de exposição ocupacional tem por objetivo
- (A) prover as melhores informações sobre a letalidade na exposição à substância química.
 - (B) quantificar a análise da morbidade e prevalência dos efeitos adversos na exposição.
 - (C) medir os danos causados, quando em situações superiores ao limite de exposição.
 - (D) eliminar as suscetibilidades individuais como reação aos riscos.
 - (E) garantir a saúde dos trabalhadores expostos aos riscos, sem sofrerem efeitos adversos.
57. O Governo Federal criou programas para a Reabilitação Psicossocial de pessoas que sofrem de transtornos mentais e também daquelas que sofrem de transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas. A iniciativa evidencia a importância da atenção à saúde mental e o enfermeiro do trabalho pode colaborar nesse aspecto, incentivando o trabalhador para a
- (A) adesão ao tratamento em saúde mental, por meio de acompanhamento e orientações, em um trabalho interdisciplinar, quando necessário.
 - (B) promoção da saúde com a busca pelo tratamento disponível, independente da escolha do trabalhador, sem a interferência familiar.
 - (C) participação em terapias comunitárias, visando à redução da confiança e autoestima.
 - (D) exaltação do impacto do agravo no núcleo familiar, exacerbando outros transtornos.
 - (E) observação da prevalência do agravo pelo risco de não ser reconhecido como doença.
58. Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Organização das Nações Unidas, o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental estão relacionados ao desenvolvimento sustentável que permite suprir as necessidades atuais, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Assim sendo, é recomendável que a empresa desenvolva as atividades, elaborando estratégias de
- (A) utilização de máquinas e implementos de baixo custo.
 - (B) vigilância dos processos de produção e do impacto ambiental.
 - (C) boas práticas de trabalho no uso de equipamento de proteção individual.
 - (D) educação ambiental promovendo a geração e dispersão de contaminantes.
 - (E) adoção de sistema de rodízio de função, para não prejudicar o desempenho do trabalhador.
59. O enfermeiro do Trabalho deve atentar para a conservação das vacinas, por serem produtos extremamente termolábeis e de fácil deterioração. Para sua conservação adequada, é necessário que as vacinas que não podem ser congeladas
- (A) permaneçam em local seco e arejado.
 - (B) sejam estocadas na rede de frio a -10°C .
 - (C) permaneçam em caixas de isopor de cor escura, para maior proteção.
 - (D) sejam estocadas em geladeira, entre $+4^{\circ}\text{C}$ a $+12^{\circ}\text{C}$.
 - (E) sejam isoladas do contato direto, na caixa de isopor, com blocos de gelo ou gelox.
60. Com a finalidade de diagnosticar precocemente as doenças ocupacionais, são realizados exames periódicos nos funcionários da empresa. A periodicidade destes exames varia de acordo com
- (A) o número de licenças médicas e local da execução do trabalho.
 - (B) a mudança de função e cargo ocupado.
 - (C) os resultados da última coleta de sangue e turno de trabalho.
 - (D) as condições de trabalho e a idade do funcionário.
 - (E) o horário do trabalho e a última licença médica.
61. Após afastamento do trabalhador por um período igual ou superior a trinta dias por motivo de doença, na volta às atividades laborais, é obrigatoriamente realizado o exame de retorno ao trabalho
- (A) no primeiro dia útil.
 - (B) no segundo dia útil.
 - (C) até o terceiro dia útil.
 - (D) até o quinto dia útil.
 - (E) após o décimo dia útil.



<p>62. As Normas de Certificação – ISO, consagradas internacionalmente e reconhecidas no Sistema Brasileiro de Certificação, quando concedidas às empresas, tem a finalidade de</p> <p>(A) inspirar, ao consumidor final, a confiança no provedor, ao garantir que o produto seja avaliado por um organismo subordinado.</p> <p>(B) assegurar, aos usuários avaliados, a aceitação internacional dos produtos, mediante repetições de todas as avaliações realizadas.</p> <p>(C) fornecer, às organizações acreditadas, um processo de avaliação transparente, evitando a utilização de recursos próprios, sem custo de reavaliação.</p> <p>(D) fomentar, ao consumidor final, um mercado livre e de menor credibilidade.</p> <p>(E) garantir, às organizações acreditadas, aceitação universal dos produtos, aumentando o custo de reavaliação.</p>	<p>66. Durante a RCP, as compressões torácicas externas são aplicadas com uma frequência de, aproximadamente,</p> <p>(A) cem compressões por minuto, lentas e superficiais.</p> <p>(B) oitenta compressões por minuto, rápidas e profundas.</p> <p>(C) cem compressões por minuto, rápidas e ininterruptas.</p> <p>(D) oitenta compressões por minuto, lentas e profundas.</p> <p>(E) sessenta compressões por minuto, rápidas e ininterruptas.</p>
<p>63. A Legislação em Saúde e Segurança do Trabalho considera acidentes de trabalho todos os sofridos pelo empregado no local e/ou durante o trabalho, inclusive em</p> <p>(A) viagem a serviço da empresa, apenas quando o veículo utilizado pertencer à empresa.</p> <p>(B) desabamento, inundação, incêndio e acidentes provocados intencionalmente.</p> <p>(C) ato de imprudência de terceiros e viagem a serviço da empresa.</p> <p>(D) situações de lesão corporal ocasionados na residência, até três horas da volta do trabalho.</p> <p>(E) desobediência à ordem expressa do empregador e durante o intervalo do trabalho.</p>	<p>67. Imediatamente após a aplicação do choque para desfibrilação durante a Fibrilação Ventricular, as compressões torácicas externas devem ser</p> <p>(A) cessadas definitivamente.</p> <p>(B) iniciadas em seguida.</p> <p>(C) iniciadas após dois minutos.</p> <p>(D) interrompidas para execução do exame físico.</p> <p>(E) reiniciadas durante o próximo choque.</p>
<p>64. Durante o atendimento a um trabalhador, em situação de emergência psiquiátrica, é recomendável ao enfermeiro</p> <p>(A) encarar o paciente, empregando tom de voz elevado.</p> <p>(B) ter sempre uma rota de fuga de fácil acesso, posicionando-se de costas para o paciente.</p> <p>(C) estabelecer empatia, agindo intempestivamente.</p> <p>(D) adotar expressões positivas, criticando o comportamento.</p> <p>(E) atentar para a comunicação não verbal do paciente, permanecendo de frente para ele.</p>	<p>68. Durante o trabalho, um colaborador é encaminhado para atendimento, queixando-se de desconforto torácico há cerca de uma hora, com piora da dor, irradiando para o braço esquerdo. Nessa situação, a conduta imediata do enfermeiro do trabalho, no ambulatório da empresa, é</p> <p>(A) encaminhar de volta ao trabalho e continuar as atividades laborais até ser providenciado o transporte ao serviço de saúde.</p> <p>(B) orientar repouso, administrar oxigênio, instalar o marca passo transcutâneo imediatamente.</p> <p>(C) manter em observação, iniciar a prova de volume e solicitar o transporte ao serviço de saúde.</p> <p>(D) realizar a avaliação primária, administrar oxigênio, colaborar na execução do teste ergométrico.</p> <p>(E) orientar repouso, administrar oxigênio, aferir os sinais vitais e solicitar o transporte ao serviço de saúde.</p>
<p>65. Um funcionário apresenta hemorragia externa em um ferimento corto contuso na mão. Após colocar as luvas de procedimento, a conduta inicial é</p> <p>(A) aplicar compressão manual direta sobre o local do sangramento.</p> <p>(B) lavar com clorexidine alcoólica e ocluir com atadura de crepe.</p> <p>(C) irrigar com água morna e manter a mão elevada.</p> <p>(D) aplicar pomada cicatrizante e realizar enfaixamento.</p> <p>(E) realizar compressão do ponto arterial proximal.</p>	<p>69. O atendimento farmacológico de emergência, atualmente preconizado nas Síndromes Coronarianas Agudas, inclui o uso de</p> <p>(A) adenosina, atropina, epinefrina e morfina.</p> <p>(B) oxigênio, epinefrina, atropina e dopamina.</p> <p>(C) epinefrina, atropina, nitroglicerina e adenosina.</p> <p>(D) oxigênio, aspirina, morfina e nitroglicerina.</p> <p>(E) morfina, verapamil, epinefrina e lidocaína.</p> <p>70. Na Parada Cardíaca, a dose de epinefrina preconizada por via intravenosa, em cada aplicação, a partir de uma solução de 1:10.000 é de</p> <p>(A) 3,5 mg.</p> <p>(B) 3,0 mg.</p> <p>(C) 2,5 mg.</p> <p>(D) 2,0 mg.</p> <p>(E) 1,0 mg.</p>